

Divulgação/TCE

TCE multa prefeito de Itacoatiara por negar determinações sobre vacinação contra Covid

Após representação do Ministério Público de Contas (MPC), o Tribunal de Contas do Estado (TCE) multou o prefeito de Itacoatiara, Mário Abraham, por não cumprir com as diligências do Tribunal relacionadas ao plano de vacinação contra a Covid-19. A representação foi aprovada ontem durante a 22ª Sessão Ordinária do Pleno. O relator do processo, conselheiro

Júlio Pinheiro, reconheceu a representação do MPC após análise minuciosa dos órgãos técnicos da Corte de Contas, que identificaram a não efetivação das diligências determinadas pelo TCE-AM quanto ao plano de vacinação no município. De acordo com o relatório, os dados apresentados pela Prefeitura de Itacoatiara não atenderam as recomendações de relacionar

nominalmente os vacinados, com respectivos dados de CPF. Além disso, também não foi localizado um plano de vacinação que elencasse os grupos prioritários com as devidas datas previamente estabelecidas. Os questionamentos foram encaminhados a Prefeitura para defesa, mas não houve justificativas ou documentos em respostas aos fatos apontados. Por não ter atendido às tentativas de notificações e a recomendação do MPC, o gestor foi considerado revel e multado em R\$3,4 mil.



Política

contato@d24am.com
redacao@diarioam.com.br siga-nos
Diariodoamazonas.com.br
twitter.com/portald24am
facebook.com/D24am

INVESTIMENTOS

CNJ

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

APÓS MORTES, CNJ ATUA NO INTERIOR DO ESTADO

Vale do Javari Luiz Fux disse que o objetivo dos Observatório dos Direitos Humanos é a proteção das minorias e que o encontro foi voltado para uma reflexão sobre os assassinatos ocorridos no Amazonas

Atuação Tema que foi destaque no encontro realizado na terça-feira, 21

Gl Ferreira/Agência CNJ

Da Redação
Redacao@diarioam.com.br

Manaus

A melhoria da infraestrutura de comunicação da comarca de Atalaia do Norte (AM) foi um compromisso assumido pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, durante a 8ª Reunião do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário.

A unidade é responsável pelo processo relativo aos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, tema que foi destaque no encontro realizado na terça-feira, 21.

“Vamos tratar da questão com o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), pois aquela região judiciária precisa para ter uma prestação eficiente, inclusive para evitar que outras tragédias se repitam”, destacou o ministro.

Fux enfatizou que o objetivo dos Observatório dos Direitos Humanos é a proteção das minorias e que o encontro foi voltado para uma reflexão sobre os assassinatos ocorridos no Vale do Javari. “Tratamos com problemas que abalam toda coletividade e fazemos uma reverência aos povos indígenas, manifestando nossa solidariedade e a garantia de que podem contar sempre com o Poder Judiciário brasileiro.”

A juíza titular da comarca de Atalaia do Norte, Jacinta Silva dos Santos, mesmo com limitações de comunicação, relatou como o processo é conduzido. A magistrada destacou que, como o caso se encontra em período de investigação, o Poder Judiciário está atuando com cautela para que o processo se desenvolva da maneira mais ágil possível. O Ministério Público do Amazonas também participou do encontro, sendo representado pelo promotor de Justiça Elanderson Lima e o procurador do estado Alberto Rodrigues Nascimento Júnior.

A viúva do indigenista Bruno Araújo, a antropóloga Beatriz Matos, falou sobre o

trabalho que o companheiro realizava e frisou o que a morte dele representa para o país. Ela lembrou que Bruno sempre atuou buscando abrir portas nas instâncias estatais para realização de políticas públicas com o objetivo de atender às necessidades dos povos indígenas. Beatriz Matos criticou a atuação de autoridades brasileiras no episódio e criticou declarações que, segundo ela, desrespeitaram o trabalho do marido e o sentimento dos familiares. “Foi um desrespeito a um profissional sério e que deu a vida a uma questão de interesse nacional. Temos que parar de achar graça. Isso tem que ter consequências mais sérias.”

Integrante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univajá), Beto Marubo afirmou que os assassinatos ocorreram devido à ausência do Estado na região.

“O Judiciário deve estar atento ao que se passa no Vale do Javari, é a renúncia do Estado numa região onde a retórica oficial é de soberania. Não existe soberania com o esfacelamento da política indigenista, os criminosos estão se associando com várias atividades ilícitas no contexto de fronteira e matando nossos parceiros.” Marubo lembrou que o Brasil já foi referência no tratamento com povos isolados e que Bruno Araújo era uma autoridade no assunto.